



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 199499-2

025

HABEAS CORPUS

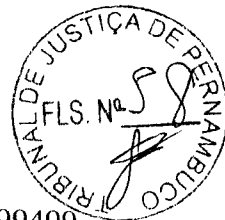
IMPETRANTE/PACIENTE: LÚCIO FLÁVIO FÉLIX DE LIMA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA. INDEFERIMENTO. EXCESSO DE PRAZO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. FEITO COMPLEXO. ELEVADO NÚMERO DE RÉUS. GRAVIDADE DO DELITO. NECESSIDADE DE DESARTICULAR A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. DECISÃO – ORDEM DENEGADA POR UNANIMIDADE.

- 1 Al extrema gravidade do delito, que envolve complexo esquema de abastecimento de drogas na cidade do Recife e Região Metropolitana, juntamente com a necessidade de se assegurar a ordem pública, justifica o decreto de prisão preventiva.
- 2 Não há constrangimento ilegal por excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, diante das justificativas tecidas pela autoridade apontada coatora, levando-se em consideração a pluralidade de acusados, o que torna o feito complexo.


ACÓRDÃO



Vistos, relatados e discutidos estes autos do Habeas Corpus nº 199499-2, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em denegar a ordem requerida, nos termos do voto do Des. Relator.

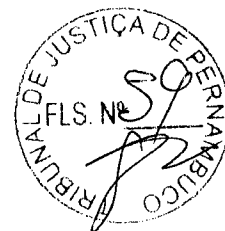
026

Recife, 15 de *Rg* de 2009.


Marco Antônio Cabral Maggi
Des. Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 199499-2

027

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE/PACIENTE: LÚCIO FLÁVIO FÉLIX DE LIMA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório com pedido liminar impetrado por **LÚCIO FLÁVIO FÉLIX DE LIMA** em seu favor, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital.

Alega o impetrante que foi preso e autuado em flagrante no dia 20 de outubro de 2007, pela suposta prática da conduta prevista no artigo 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) e está sofrendo constrangimento ilegal no seu direito de locomoção em virtude do excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal.

Dessa forma, pugnou pela concessão sumária da ordem, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor, confirmando-se a medida quando do julgamento definitivo do writ.

Juntou documentos às fls. 13/24.

Às fls. 31/32 indeferi o pedido liminar.

Instada a manifestar as informações de estilo, a autoridade apontada coatora relatou às fls. 39/41 que o paciente foi denunciado, juntamente com mais três réus, acusado da prática dos crimes previstos nos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/2006 no dia 21 de dezembro de 2007.

028

Na data de 17 de março de 2008 foi determinada a notificação do paciente e demais acusados, tendo a sua defesa apresentado defesa preliminar em 02 de junho do mesmo ano. No dia 14 de julho o paciente foi interrogado. Ante a ausência de um dos réus, foi designada audiência em continuação para o dia 13 de agosto de 2008, que não foi realizada face a ausência de dois acusados.

Finalmente, no dia 19 de maio de 2009 foi realizada audiência de instrução e julgamento na qual foram ouvidas três testemunhas arroladas pelo Ministério Público.

No dia 1º de setembro do corrente ano os autos foram encaminhados ao mutirão carcerário, tendo sido indeferido o pleito de liberdade provisória formulado em favor do paciente.

Por fim, ressaltou que a audiência de instrução e julgamento em continuação foi designada para o dia 26 de fevereiro de 2010.

A Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 51/53, opinou pela concessão da ordem.

É O RELATÓRIO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 199499-2

HABEAS CORPUS

029

IMPETRANTE/PACIENTE: LÚCIO FLÁVIO FÉLIX DE LIMA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,
Sr.(a) Procurador(a).

Conforme relatado, objetiva o impetrante a concessão da ordem por entender que está configurado constrangimento ilegal por excesso de prazo na conclusão da instrução criminal, ao argumento de que se encontra custodiado desde dezembro de 2007 e até a presente data ainda não foi definida sua situação jurídica.

Consta da cópia da denúncia acostada aos autos pela autoridade apontada coatora às fls. 42/45 que no dia 20 de outubro de 2007 o paciente e demais acusados foram presos em flagrante delito em uma ponte de acesso ao beirro dos Coelhos, nesta Cidade, no momento em que transportavam uma carga da substância entorpecente vulgarmente conhecida por maconha.

A Polícia Federal tomou conhecimento de que no dia do fato haveria a chegada de uma certa quantidade de maconha, procedente do Rio Grande do Norte, sendo fornecedor o raficante e acusado Aluízio Félix, de posse de mais de 700Kg (setecentos quilos) de maconha.

Os Policiais Federais dirigiram-se ao local e, ao avistarem o veículo Palio Weekend, abordaram seus ocupantes (denunciados) e encontraram escondidos no interior

do automóvel 27 (vinte e sete) pacotes de maconha com peso de 27,483Kg, um saco plástico contendo 128 gramas de maconha esfarelada e 18 bolas de haxixe, ocasião em que foram presos.



030

A droga apreendida seria entregue a um casal de traficantes do bairro dos Coelhos, próximo às palafitas do Rio Capibaribe, e seria recolhida por um dos seus gerentes da boca de fumo.

Através das informações prestadas pela autoridade apontada coatora, tenho que deve ser observado o princípio da razoabilidade, segundo o qual o prazo para a formação da culpa deve ser considerado de acordo com critérios específicos, diante do grau de complexidade de cada processo e do número de feitos a serem analisados pelo Magistrado.

Assim, não existe um prazo absoluto para o término da instrução processual, devendo ser sempre levadas em consideração as peculiaridades de cada caso. Excesso justificável não pode ser tomado como constrangimento ilegal.

Com efeito, no presente caso, não se evidencia o alegado excesso de prazo, considerando o elevado número de denunciados (04), o que fatalmente provoca o adiamento das audiências em virtude da não apresentação de um deles, o que de fato ocorreu no presente caso. Esse é o entendimento predominante no Superior Tribunal de Justiça:

“PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO COM LESÕES GRAVES. LATROCÍNIO. QUADRILHA. CORRUPÇÃO DE MENOR. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. MODUS OPERANDI. EXCESSO DE PRAZO NO JULGAMENTO. FEITO COMPLEXO. ELEVADO NÚMERO DE RÉUS. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. ORDEM DENEGADA.

1. A atividade delituosa desenvolvida de maneira reiterada e habitual, sob a forma de quadrilha, justifica a segregação

provisória como forma de se garantir a ordem pública, em razão do modus operandi do grupo. Precedentes.

2. À luz do princípio da razoabilidade, o excesso de prazo no término da instrução probatória é justificável em um procedimento complexo e com número elevado de réus, o que impõe o alargamento dos prazos.

031

3. Ordem denegada. HC 99504 / PE. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG). DJe 14.04.2008"

Além do mais, os crimes praticados pelo paciente é de extrema gravidade e o modus operandi, praticado por organização criminosa, na qual o paciente ocupava função de distribuir a droga no bairro dos Coelhos, ao que parece, demonstra a necessidade da prisão cautelar. Desarticular uma organização como esta é de extrema importância, posto que a ordem pública está ameaçada com a permanência do paciente em liberdade, pois não estará afastada a possibilidade de disseminação de drogas com prejuízo à saúde da coletividade.

De fato, é elevado o índice de reprovabilidade da conduta do paciente. As consequências de sua conduta, caso a droga chegasse ao seu destino, seriam graves ao usuário e à sociedade, diante de sua potencialidade ofensiva, causando dependência física e psíquica.

Consta, ainda, da denúncia que o paciente relatou que aquela era a terceira vez que entregava droga nos Coelhos, já tendo inclusive sido preso anteriormente por esse fato, sendo certo que, em liberdade, encontrará os mesmos estímulos relacionados com a infração cometida. Em virtude da possibilidade da prática de novos delitos dessa natureza, justifica-se a custódia cautelar como garantia da ordem pública. Esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"EMENTA - CRIMINAL. RHC. PORTE ILEGAL DE ARMA DE USO RESTRITO. RÉU EM LIBERDADE PROVISÓRIA. CRIME SUPOSTAMENTE COMETIDO. REITERAÇÃO

CRIMINOSA. PERSONALIDADE VOLTADA PARA PRÁTICA DELITIVA. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA DEMONSTRADA. RECURSO DESPROVIDO.

- I. Hipótese na qual o paciente, beneficiado com a liberdade provisória, foi preso em flagrante pela prática, em tese, de outros crimes.
- II. Não se vislumbra ilegalidade na decisão que revogou o benefício da liberdade provisória ao paciente, tampouco no acórdão confirmatório da segregação, tendo em vista que procedido em conformidade com as exigências legais, atendendo aos termos do art. 312 do CPP e da jurisprudência dominante.
- III. **A reiteração das condutas criminosas, denotadora ser a personalidade do réu voltada para a prática delitiva, obsta a revogação da medida constritiva. Precedentes.**
- IV. Recurso desprovido. RHC 19322 / CE. Ministro GILSON DIPP. DJ 01.08.2006 p. 461”

Assim, pelo que consta dos autos, tem-se que se encontram presentes os elementos integrantes do artigo 312 do Código de Processo Penal, pois a manutenção do paciente no cárcere é necessária como garantia da ordem pública.

Desse modo, resta superado o alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo em virtude das informações prestadas pela autoridade coatora, além de estarem presentes os pressupostos autorizadores da custódia preventiva do paciente, razão pela qual meu voto é no sentido de denegar a ordem requerida.

É COMO VOTO.